

**PAUTA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina deliberará sobre as seguintes matérias na reunião que ocorrerá no dia **19/05/2025, às 9h, na Sala de Reuniões das Comissões:**

1 - PL n. 903/2025

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A medida estabelece requisitos para a concessão de atestados médicos nas consultas realizadas exclusivamente por telefone e/ou videochamadas no âmbito do serviço público de saúde.

Somente será concedida a licença se for evidente a impossibilidade de deslocamento até a clínica para o atendimento presencial, se os sintomas forem de clara e inequívoca constatação visual e, por fim, se não houver atestado concedido por mais de três dias nos últimos três meses.

O projeto cria, ainda, o cadastro estadual de atestados médicos, a ser gerido pela Secretaria de Estado da Saúde, e alimentado pelos municípios aderentes.

A iniciativa tem por objetivo coibir o uso indevido e abusivo de licenças médicas como instrumento para o não comparecimento ao trabalho.

2 - PL n. 246/2026

Autor: Deputado Altair Silva (PP)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

O projeto cria a política pública para a capacitação, proteção e incentivo à atividade de motofrete, no Estado.



São eixos do programa: a segurança no trânsito e prevenção de acidentes; proteção social e valorização profissional dos motoboys, com capacitação continuada e incentivo econômico com acesso a crédito.

A proposta autoriza a instituição de linhas de crédito, por meio de bancos estaduais, que poderão contemplar: aquisição de motocicletas, manutenção e adaptação de veículos, compra de equipamentos de segurança e capital de giro para a atividade.

3 - MSV n. 1440/2025

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo veta o projeto de lei n. 72/2025, de autoria do Deputado Oscar Gutz (PL), aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A proposta proíbe o abate de cavalos diagnosticados com anemia infecciosa equina sem que seja oportunizada a contraprova e realizado novo exame, com a coleta de nova amostra de sangue.

O regramento objetiva impedir o abate de animais sem que a doença esteja confirmada.

A proibição do Governo se fundamenta no argumento de que a norma é contrária ao interesse público, porquanto “se trata de matéria já disciplinada de forma abrangente e atualizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e executada pela CIDASC”.

4 - MSV n. 1604/2026

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo proibiu três artigos do projeto de lei n. 160/2024, de autoria do Deputado Fabiano da Luz (PT), aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A medida legislativa trata de política estadual para a compra governamental de alimentos da agricultura familiar.

5 - PL n. 119/2026

Autor: Deputado Sérgio Motta (PL)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A proposta regula o funcionamento das instituições de longa permanência para pessoas idosas, que operam no Estado.

Dentre as normas previstas, está a observância de critérios para um ambiente físico adequado, tais como: circulação interna principal com largura mínima de 1 metro; rampas para o acesso facilitado com antiderrapantes, pisos internos e externos para a facilitação da limpeza e condições de higiene; banheiros com bacia, lavatórios e chuveiros, preferencialmente dentro dos dormitórios; quartos contendo luzes de vigília e campainhas de alarmes.

O projeto dispõe, ainda, que cada profissional (cuidador) atenderá, no máximo, 20 idosos que exijam grau de atenção 1; 10 idosos com grau de atenção 2 e, por fim, 6 idosos que exijam grau de atenção 3.

Outra norma é a manutenção de equipe treinada e atualizada em número suficiente para o atendimento das necessidades dos residentes, incluindo cuidados pessoais, limpeza, alimentação, lavanderia e manutenção dos ambientes.

6 - PL n. 858/2025

Autor: Deputado Marquito (PSOL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta estabelece regras para a ocupação das áreas úmidas, e tem amparo em fontes de reconhecida autoridade científica e normativa.

Atualmente, essas áreas estão sem regramento no Estado, situação que tem favorecido ocupação irregular e degradação ambiental.

7 - PL n. 153/2026

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto isenta do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), de até 150 mil reais, os cidadãos que comprovarem ser doadores regulares de sangue, plaquetas ou cadastrados no Cadastro Nacional de doadores de medula óssea.

Os referidos cidadãos terão, ainda, isenção do pagamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação) nos eletrodomésticos da chamada “linha branca”, que inclui geladeiras, fogão, máquina de lavar.

8 - PL n. 200/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A medida institui o Programa Estadual de Apoio à Saúde Mental nas Escolas, visando à promoção de bem-estar emocional, à prevenção de transtornos mentais e ao acolhimento de estudantes no âmbito da rede pública de ensino catarinense.

A proposta pretende instituir ações estruturadas de prevenção e acolhimento psicossocial no ambiente escolar, especialmente voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade emocional e social.

9 - PL n. 552/2024

Autor: Deputado Soratto (PL)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A proposta altera o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei n. 14.675/2009), dispensando a autorização do órgão ambiental competente para a execução de obras de interesse da Defesa Civil.

Estarão dispensadas da licença as obras com caráter de urgência, assim consideradas aquelas necessárias à prevenção, mitigação e resposta a acidentes e desastres em área urbanas e rurais, o desassoreamento e a dragagem.

10 - PL n. 689/2025

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

A proposta determina que, no mínimo, 30% dos alimentos fornecidos nos hospitais públicos e conveniados ao Sistema único de Saúde (SUS) sejam de origem orgânica.

11 - PL n. 647/2025

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

O projeto cria o Fórum Permanente de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina, com a finalidade de promover o diálogo institucional, identificar potencialidades regionais, articular políticas públicas e propor ações integradas para o desenvolvimento econômico, social e ambiental nas regiões catarinenses.

12 - PL n. 289/2025

Autor: Deputado Thiago Morastoni (PODEMOS)

Relator: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

A proposta cria o Plano Estadual de Adaptação às Mudanças Climáticas (PEAMC) e o Programa SC Eficiente e Renovável.

A medida estabelece diretrizes claras, como o mapeamento das áreas de risco, a integração dos planos municipais com o planejamento estadual, a implantação de sistemas de alerta precoce e a inclusão da educação climática nas escolas públicas.

13 - PL n. 8/2019

Autor: Deputado Ivan Naatz (PL)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A medida obriga a disponibilização de passagem exclusiva para motocicletas nas praças de pedágio situadas no Estado.

14 - PL n. 196/2026

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto altera a Lei n. 17.292/2017 para incluir a visão monocular no rol dos beneficiários da isenção do IPVA (Imposto sobre Propriedade Veicular Automotiva).

15 - PL n. 244/2026

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta dispõe sobre a concessão de dispensa remunerada, de um dia a cada ano, às servidoras públicas estaduais para a realização de exames preventivos de câncer de mama e do colo do útero.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista – gerente Sala da Imprensa ALESC

(48) 3221-2620